

Brasília, 24 de outubro de 2025.

ORIENTAÇÃO PARA A MARCHA DO DIA 29 DE ORIENTAÇÃO MARCHA DIA 29 DE OUTUBRO CONTRA REFORMA ADMINISTRATIVA

ATENÇÃO – COMUNICADO URGENTE DA FASUBRA

Orientação da FASUBRA todas as entidades de base que participarão da marcha em Brasília, no dia 29 de outubro, contra a Reforma Administrativa e o pelo cumprimento integral do acordo de greve.

Pedimos que todos os participantes venham preparados:

-  Tragam protetor solar;
-  Bebam bastante água;
-  Tragam seus remédios de uso contínuo;
-  Usem roupas leves e que ofereçam proteção contra o sol, durante a

marcha. Lembramos que faz muito calor durante o dia e muito frio durante a noite.

A FASUBRA estará recebendo os caravaneiros a partir das 8h, em frente ao Museu da República.

Procurem a tenda da FASUBRA para a organização da nossa participação na Marcha e enviem para o e-mail da FASUBRA os nomes dos responsáveis por cada delegação.

#FASUBRANA Luta #ContraAREformaAdministrativa #cumprimentodoacoedonaintegra

INFORME DA REUNIÃO DA MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE DO MGI NO DIA 22.10.2025

Ocorreu, no dia 22 de outubro de 2025, mais uma reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), que contou com a presença de representantes do FONASEFE, do FONACATE, da Centrais Sindicais e do governo através do Secretário de Relações do Trabalho do MGI, José Lopes Feijóo, e o Secretário de Gestão de Pessoas, José Celso Cardoso Jr., representantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

No início da reunião, o secretário de Relações do Trabalho do MGI, José Lopes Feijóo, apresentou a pauta com três pontos:

1) Diretrizes da Normatização da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata do direito à negociação coletiva no serviço público e assegura o direito à organização sindical e à negociação coletiva no setor público.

O Secretário informou que apesar do Brasil ter ratificado a convenção 151, mas ela ainda não foi normatizada, e o governo tomou a iniciativa de convidar as centrais sindicais para a construção coletiva do texto de normatização.

O Secretário Feijóo informou, também, que apresentaria nessa reunião apenas as diretrizes e não o texto. Afirmou que o texto não seria apresentado pois está sob sigilo. A explicação, conforme o Secretário, é que o sigilo evitará que a proposta seja atacada por parlamentares da ultradireita antes de chegar ao Congresso Nacional. A proposta está em tramitação no governo, nos órgãos necessários, até chegar à Casa Civil para encaminhamento ao Congresso.

As diretrizes apresentadas são compostas por quatro eixos fundamentais:

- a) financiamento dos Sindicatos e Federações;
- b) negociação coletiva anual;
- c) liberação de dirigentes;
- d) exercício de greve.

2) Reajustes dos Benefícios (alimentação, creche e saúde suplementar)

O Secretário Feijóo apresentou a proposta de reajuste de 17,5% para o auxílio alimentação a partir de dezembro de 2025, passando dos atuais R\$1.000,00 para R\$1.175,00.

Em abril de 2026, a proposta é que o auxílio alimentação atinja o valor de R\$1.200,00, após aprovação da LOA, e teria um complemento do IPCA de 2026.

Quanto aos auxílios creche e ressarcimento para saúde, a proposta foi de reajuste em abril de 2026, após aprovação da LOA, e teria um reajuste conforme o IPCA de 2026.

No entanto, segundo o Secretário Feijóo, essa é a proposta final, e para que esse reajuste aconteça é necessário que a maioria das entidades sindicais aprove em suas instâncias e retornem para o MGI aceitando a proposta do reajuste até o dia 06 de novembro.

Nesse momento, a representação das entidades sindicais enfatizou com veemência que os pontos constantes na pauta protocolizada em janeiro de 2025, que traz em dois itens esse tema:

- 1) a equiparação dos benefícios entre os poderes;

2) a transformação do auxílio alimentação em auxílio nutrição para contemplar também os aposentados/as.

O Secretário Feijóo respondeu que não teria condições, no momento, de implementar nem um nem outro, já que o governo não tem orçamento a partir da perda de arrecadação por parte do governo de 20 bilhões, no Congresso Nacional que deixou a Medida Provisória do IOF perder a validade.

Ou seja, mais uma vez, os servidores do Executivo terão que aceitar que a equiparação dos benefícios não seja realizada; aceitar um percentual menor que do judiciário e do legislativo, que já está em R\$1.784,41; aceitar que os aposentados e aposentadas não tenham nada de benefícios para 2025 e 2026; além de aceitar não reclamar, por estarmos presos, no próximo aumento de benefícios somente em abril de 2027.

3) Reforma Administrativa

O Secretário José Celso foi o responsável por fazer uma defesa enfática da proposta de uma reforma administrativa proposta pelo MGI.

As falas dos representantes das entidades sindicais foram incisivas e firmes contra qualquer proposta de reforma administrativa que retire direitos dos servidores e traga piora aos serviços públicos.

Também foram incisivos em dizer que o MGI já está realizando a reforma administrativa, na caneta, através de decretos e instruções normativas e entre elas, principalmente as INs, tinham o cunho punitivista.

As representações enfatizaram, também, que essas normativas sequer tinham sido dialogadas com as entidades e muito menos passado pela mesa nacional de negociação permanente do MGI. Ressaltaram que o MGI está fazendo o que quer sem ouvir as entidades.

As representações cobraram que as reuniões eram de comunicação/imposição e não de negociação, já que o MGI não envia as pautas com antecedência, conforme previsto na cláusula 13, §2º, incisos IV e VIII, que explicita que as pautas das reuniões devem ser enviadas com antecedência e sejam lavradas atas para registro do que for acertado em cada reunião, cláusula descumprida pelo MGI demonstrando desrespeito ao Regimento da MNNP.

A Coordenadora Geral da FASUBRA disse ao Secretário José Celso que discordava radicalmente da sua fala de defesa da reforma, assim como de suas colocações sobre não haver o cunho punitivista nas INs.

Salientou que em sua fala ele havia colocado que as Instruções Normativas eram apenas orientações e que órgãos poderiam optar por não cumprir, já que têm autonomia. A Coordenadora Geral da FASUBRA solicitou, então, ao Secretário enviasse essa orientação por escrito para os órgãos, já que o que acontecia na prática era que o SIPEC afirma aos dirigentes que as orientações das INs são obrigatórias, portanto, devem ser cumpridas.

A Coordenadora da FASUBRA questionou o absurdo da IN 122/2025 de Avaliação de Desempenho Estágio Probatório, que extrapola o que está escrito no decreto da avaliação. No decreto está disposto apenas que deve ser obtida média igual ou superior, enquanto na IN extrapola colocando que tem que ser a média aritmética, o que acarretará a reprovação do servidor nas duas primeiras avaliações trazendo prejuízo ao servidor em estágio probatório ao seu estágio estar limitado a 24 ao invés de 36 meses. Essa argumentação também foi feita pela Pró-Reitora de Recursos Humanos da UFMG que te ligou pessoalmente e fez essas ponderações.

Além disso, a IN tornou obrigatório que o servidor em estágio probatório faça curso somente pela ENAP, ou seja, as instituições federais de ensino, universidades e institutos federais, estão proibidos de oferecer capacitação para seus servidores. O que quebra o acordo de greve, no qual temos uma cláusula que aponta a necessidade de alteração do decreto nº 9991/2019 para a retirada das instituições federais de ensino deste decreto.

Não bastasse, ainda temos a imputação uma nota de corte para a avaliação das chefias de 70%, ou seja, coloca na mão dos algozes, o instrumento para assediar os servidores em estágio probatório. O que contraria a política que o governo implementou de combate ao assédio moral. Essa é uma contradição. E a falta de diálogo nos traz muitas contradições.

As representações das entidades sindicais também cobraram resposta sobre o decreto 10.620/2021.

Por fim, as representações solicitaram que fosse criado um grupo de trabalho para discutir todas essas normativas do MGI que estão prejudicando e adoecendo os servidores. O Secretário José Celso concordou com a proposição. Agora é esperar para ver se vai

acontecer ou se vai ficar só na promessa, frustrando mais uma vez as expectativas dos representantes das entidades dos servidores públicos federais.

FASUBRA ORIENTA ASSEMBLEIAS DE BASE SOBRE PROPOSTA DO GOVERNO PARA OS BENEFÍCIOS

A FASUBRA Sindical, após reunião da Direção Nacional, avalia que a proposta apresentada pelo governo é insuficiente diante da reivindicação de equiparação dos benefícios da nossa categoria com os demais poderes da União e que o aceite da proposta nos impedirá de negociar novos valores até o ano de 2027. É necessário reforçar ao governo que a Federação mantém a defesa de que os(as) técnico-administrativos(as) em educação sejam contemplados(as) conforme os parâmetros discutidos na mesa nacional de negociação permanente inicial. Diante disso, a Direção Nacional orienta as entidades de base a realizarem consultas para avaliar a proposta apresentada pelo governo federal referente ao reajuste dos benefícios destinados aos servidores ativos.

O governo estabeleceu um prazo para que a Federação retorne com as deliberações da categoria sobre o tema até o dia 06 de novembro de 2025. Diante disso, a Direção Nacional reforça a importância de que todas as entidades realizem suas consultas e encaminhem o resultado das deliberações até o dia 04 de novembro de 2025 para o e-mail secretaria@FASUBRA.com.br.

A FASUBRA ressalta a relevância da ampla participação da categoria nesse processo, garantindo que a posição final reflita, de forma democrática, a vontade das trabalhadoras e dos trabalhadores técnico-administrativos em educação.

19º ENCONTRO NACIONAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO MOSAP

O evento, realizado no último dia 22, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, contou com a presença de deputados(as), representantes de 30 entidades de servidores públicos e de grande número de aposentados(as) e pensionistas de vários locais do País. As deputadas federais Alice Portugal (PC do B-BA) e Jandira Feghali (PCdoB-RJ) afirmaram que a cobrança previdenciária de aposentados(as) e pensionistas do setor público é injusta e representa um verdadeiro confisco, num momento em que as pessoas, já idosas, necessitam mais de atendimento à saúde e às suas necessidades básicas.

Lembraram também dos perigos que a Reforma Administrativa trará aos trabalhadores/as, especialmente os que já estão aposentados. Jandira afirmou que "a cobrança da Previdência para aposentados(as) começou em 2003, com a Emenda Constitucional 41, e que essa injustiça precisa ser corrigida". Para Jandira é necessária a presença da população na Câmara, sobretudo nesse momento antes das eleições de 2026, para cobrar dos parlamentares o apoio às suas pautas." Isto é necessário para que a democracia seja sustentada, e o povo atendido", afirmou.

"Como presente para o dia do Servidor Público, 28 de outubro, aposentados(as) e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) esperam que o presidente da Câmara, Hugo Motta, autorize o apensamento das PECs 555/2006 e 006/2024, que dispõem sobre o desconto previdenciário para quem ganha acima do teto da Previdência (8.157,41). O requerimento para o apensamento já conta com 300 assinaturas de parlamentares, a favor, e pode ir a Plenário sem precisar passar por comissões". A afirmação é do deputado Cleber Verde (MDB-MA), autor da PEC 006/2024, durante o 19º Encontro do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (MOSAP).

Segundo o ex-deputado Carlos Motta, autor da PEC 555/2006, as Reformas da Previdência prejudicaram três vezes mais os aposentados. Para ele, para colocar a PEC 555/2006 em votação, o Presidente da Câmara exigiu mais de 300 assinaturas, mas, mesmo com as assinaturas, é preciso apoio do Presidente, dos governadores e muita mobilização dos aposentados(as). Carlos Motta terminou sua fala dizendo não ao confisco social em cima dos aposentados, não à Reforma Administrativa, sim às PECs 555/2006 e 006/2024 e que seja feito requerimento de urgência para as duas entrarem em votação no Plenário da Câmara.

Ao final do Encontro, 30 representantes das entidades presentes no evento foram ao gabinete do presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) levar a reivindicação dos aposentados(as) para que se faça o apensamento da PEC 006/2024 com a PEC 555/2006, e para que entrem em votação ainda este ano.

Gritando palavras de ordem de: Apensa já! Aprova já, os manifestantes caminharam pelos corredores da Câmara até o gabinete do Presidente.

MARCHA NACIONAL DAS MULHERES NEGRAS

FASUBRA Filial do CONTUA ISP CEA Sindical

2ª Marcha Nacional das Mulheres Negras

A direção da FASUBRA convoca as mulheres negras de sua base para participarem da " 2ª Marcha Nacional das Mulheres Negras".
Juntas para reafirmar a luta por justiça, dignidade e bem viver!



Em 2015, milhares de mulheres negras marcharam em Brasília, para demarcar a responsabilidade do Estado brasileiro no enfrentamento ao Racismo, à Violência e na proposição de políticas de Bem Viver.

No dia 25 de novembro de 2025, acontecerá a 2ª Marcha Nacional, com o objetivo de ainda, dizer para o Estado e a sociedade brasileira que, reconectadas com o legado ancestral, continuamos lutando para que as nossas e os nossos tenham condições de vida digna. Que as atrocidades e desigualdades vivenciadas pela população negra precisam ser reparadas,

e que haja uma intencionalidade institucional na promoção do bem viver.

Nesse sentido, a FASUBRA Sindical, cumprindo com seu compromisso de articulação e construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, convoca suas entidades de base a participarem dessa atividade, que não é apenas uma Marcha, mas a demonstração do nosso compromisso com essa construção.

CALENDÁRIO	
OUTUBRO	
28	Reunião MEC
29	Marcha Nacional do serviço público contra a Reforma Administrativa
29 e 30	Paralisação Nacional contra a Reforma Administrativa e pelo cumprimento do acordo de greve
NOVEMBRO	
13 e 14	Reunião da Direção Nacional
15 e 16	Plenária da FASUBRA
22, 23 e 24	Encontro Nacional de Negras e Negros
25	Marcha Nacional das Mulheres Negras